

Sumário

1. Introdução ao Processo Tributário	7
1.1. Processualização dos poderes do Estado	7
1.2. Origens da processualização	14
1.3. Conteúdo das locuções processo e procedimento	23
1.4. A necessária distinção entre procedimento e processo	27
1.5. Sentidos jurídicos da locução <i>processo tributário</i>	40
1.6. Distinções entre procedimento e processo administrativo em matéria tributária	41
1.7. Tipos de procedimento administrativo tributário e processo tributário	43
1.8. Fundamentos constitucionais do procedimento e do processo administrativo tributários	44
2. Princípios e Garantias do Direito Processual Tributário	47
2.1. Evolução do conceito de princípio	47
2.2. Conteúdo jurídico dos vocábulos princípio e regra	53
2.3. Conteúdo jurídico do vocábulo garantia	54
2.4. Instrumentos gerais de ponderação	55
2.5. Sistematização dos princípios e garantias constitucionais do procedimento e do processo tributário	60
2.6. Princípios indispensáveis aos procedimentos tributários	64
2.7. Princípios e garantias comuns dos procedimentos e do processo administrativo tributários	71
2.8. Princípios do processo tributário	77
2.9. Garantias do Direito Processual Tributário	94
2.10. Garantia comum aos procedimentos e processo tributários: duração razoável do processo	131
3. Procedimentos Administrativos Tributários	134
3.1. Procedimentos administrativos de exigência do crédito tributário	134
3.2. Fases dos procedimentos de constituição do crédito tributário	145
3.3. Procedimentos de fiscalização das obrigações tributárias	150
3.4. Normas específicas de procedimento de fiscalização de iniciativa do Poder Público	190
3.5. Procedimentos de iniciativa do sujeito passivo de obrigações tributárias	215
4. Processo Administrativo Tributário	274
4.1. Aspectos gerais	274
4.2. Origens do processo administrativo tributário	275
4.3. <i>Jurisdição</i> administrativa	279
4.4. Processo administrativo tributário no Direito comparado	281
4.5. Fundamentos dialéticos do processo administrativo: atributos do ato administrativo e direito de petição	287
4.6. O auto de infração e a notificação de lançamento	290

4.7. Admissão da defesa: início do processo administrativo	294
4.8. Instrução do processo	313
4.9. Resolução do processo administrativo: decisão de primeira instância	317
4.10. Recursos contra a decisão de primeira instância	320
4.11. Decisão de segunda instância administrativa	325
4.12. Nulidades	335
4.13. Vantagens do processo administrativo	340
4.14. Imutabilidade da decisão administrativa de última instância contrária à Fazenda Pública	341
5. Dívida Ativa	343
5.1. Aspectos gerais	343
5.2. Conceito e finalidade de dívida ativa	344
5.3. Inscrição na dívida ativa	346
5.4. Requisitos do termo de inscrição na dívida ativa	366
5.5. Nulidade do ato de inscrição na dívida ativa	377
5.6. Presunções jurídicas do ato de inscrição na dívida ativa	381
5.7. Comentários ao regime de inscrição na dívida proposto no Projeto de Lei nº 5.080/2009	384
6. Processo Judicial Tributário	387
6.1. Aspectos gerais	387
6.2. A petição inicial no processo judicial tributário	390
7. Ações de Iniciativa da Fazenda Pública	439
7.1. Medida cautelar fiscal	439
7.2. Execução fiscal	446
7.3. Medidas de defesa do executado na execução fiscal	494
8. Ações de Iniciativa do Sujeito Passivo da Obrigação Tributária	507
8.1. Mandado de segurança em matéria tributária	507
8.2. Ação declaratória em matéria tributária	563
8.3. Ação anulatória de débito fiscal	577
8.4. Ação de repetição de indébito tributário	601
8.5. Medidas judiciais para compensação no Direito Tributário	635
8.6. Medidas cautelares	657
8.7. Ação de consignação em pagamento	669
9. Execução contra a Fazenda Pública	693
9.1. Introdução	693
9.2. O processo de execução e a execução contra a Fazenda Pública	695
9.3. Procedimento judicial de execução contra a Fazenda	698
9.4. Regime dos precatórios	722
Súmulas sobre Processo Tributário	749
Índice Sistemático	752
Bibliografia	760